



TRIBUNAL DE CONTAS DO DISTRITO FEDERAL
GABINETE DO CONSELHEIRO RENATO RAINHA

Processo nº: 00600-00008709/2020-37 (e).

Jurisdicionada: Secretaria de Estado de Saúde do Distrito Federal – SES/DF.

Assunto: Representação.

Ementa: Representação 41/2019-CF (peça 38), subscrita pela Procuradora Cláudia Fernanda de Oliveira Pereira, acerca de supostas irregularidades ocorridas na prestação de serviços pela Construtora Concreto Eireli-ME (**atual Bucar Engenharia e Metrologia – EIRELI**), objeto dos Contratos 37/2017, 50/2017 e 108/2017, celebrados com o Distrito Federal – DF, mediante a Secretaria de Estado de Saúde do Distrito Federal.

Decisão nº 353/2021 (peça 51). Conhecimento parcial da Representação. Determinação à SES/DF. Prazo pra manifestação da empresa BUCAR Engenharia e Metrologia -EIRELI. Cópia. Retorno dos autos à SEASP.

Manifestações da SES/DF (peça 55) e da empresa contratada, BUCAR Engenharia (peça 69 e anexos: peças 56 a 68)¹.

Comunicação do MPC: Ofício nº 319/2022-G2P (peça 88 e anexos: peças 85 a 87) encaminhando comunicação da Associação das Empresas do Segmento Médico Hospitalar e Laboratorial do Distrito Federal (ASSEMEDH/DF) na qual é imputada a prática de atos fraudulentos à empresa BUCAR Engenharia e Metrologia EIRELI em licitações conduzidas pela SES/DF.

Despacho Singular nº 458/2022-GCRR (peça 95). **Autorização à SEASP para realizar procedimento de inspeção** visando a instrução do feito.

Despacho Singular nº 488/2022-GCRR (peça 99). Autorização de pedido de cópia eletrônica dos autos à ASSEMEDH/DF.

Nesta fase: Análise de mérito da Representação nº 41/2019-GPCF (peça 38 e anexos: peças 01 a 37) e da Comunicação da ASSEMEDH/DF encaminhada pelo Ofício nº 319/2022-G2P (peça 88 e anexos: peças 85 a 87).

. A Secretaria de Fiscalização de Áreas Sociais e Segurança Pública-SEASP apresenta o **Relatório de Inspeção** (peça 105) e Matriz de Responsabilização (peça 104), propondo ao Tribunal: “I - tomar conhecimento: a) deste Relatório de Inspeção; b) do Ofício nº 2790/2021 – SES/GAB (Peça 55, e-DOC CB7BEA1A); c) da manifestação da BK Engenharia e Metrologia Ltda (Peças 56 a 69); II -

¹ Documentos salvos em duplicidade no e-TCDF: peça 82 e anexos (peças 71 a 81 e 83).



TRIBUNAL DE CONTAS DO DISTRITO FEDERAL
GABINETE DO CONSELHEIRO RENATO RAINHA

considerar: a) parcialmente procedente a Representação nº 41/2019 – G2P (peça 38); b) improcedente a denúncia elaborada pela Associação das Empresas do Segmento Médico Hospitalar e Laboratorial do Distrito Federal - ASSEMEDH/DF, encaminhada pelo Ofício nº 319/2022 – G2P (peça 88); III - determinar: a) a audiência dos responsáveis indicados na Matriz de Responsabilização (peça 104) para que, no prazo de 30 (trinta) dias, apresentem suas razões de justificativa pelas ilegalidades nela apontadas, tendo em conta a possível aplicação das penalidades indicadas no referido documento; b) à Secretaria de Estado de Saúde do Distrito Federal – SES/DF que instaure processo administrativo para aplicar as sanções cabíveis à Bucar Engenharia e Metrologia EIRELI, por descumprir o item 7.2.1, subitem c.5, do Edital de Pregão nº 163/2017, dando ciência ao Tribunal das medidas adotadas, no prazo de 90 (noventa) dias; IV - restituir os autos à Secretaria de Fiscalização de Áreas Sociais e Segurança Pública, para as devidas providências”.

Parecer do Ministério Público de Contas-MPC convergente, com acréscimo de que “as apurações de responsabilidade e, conseqüente sanção, devem abarcar, além do descumprimento do item 7.2.1, subitens c.5 e c.6, do Instrumento Convocatório, os descumprimentos contratuais que ensejaram os apontamentos pela Diretoria de Engenharia Clínica – DEC23, pela Gerência de Medicina Cirúrgica do HBDF24 e pelo Núcleo de Engenharia Clínica e Física Médica do HRSM” (peça 109).

. Por meio do Ofício nº 174/2023-G2P o MPCDF encaminha cópia de denúncia protocolada na SES/DF pela ASSEMEDH/DF relacionada a matéria tratada nos presentes autos (peça 113 e anexos: peças 110 a 112).

VOTO convergente com o Ministério Público de Contas. Procedência parcial da Representação. Acolhimento das irregularidades indicadas pelo Corpo Técnico e subscritas pelo MPCDF, com o acréscimo proposto pelo *Parquet*, referentes: a) ao acompanhamento inadequado da execução contratual por parte da SES/DF; b) à omissão da SES/DF na apuração de responsabilidade e na aplicação de sanções à contratada, empresa BUCAR Engenharia; e c) ao descumprimento do item 7.2.1, subitens c.5 e c.6, do Edital do Pregão nº 163/2017-SES/DF. Devolução dos autos à SEASP.

RELATÓRIO

Cuidam os autos da Representação nº 41/2019-CF (peça 38), subscrita pela ilustre Procuradora Cláudia Fernanda de Oliveira Pereira, versando sobre supostas irregularidades ocorridas no curso da prestação de serviços objeto



TRIBUNAL DE CONTAS DO DISTRITO FEDERAL
GABINETE DO CONSELHEIRO RENATO RAINHA

dos Contratos 37/2017, 50/2017 e 108/2017, celebrados entre o Distrito Federal – DF, mediante a Secretaria de Estado de Saúde do Distrito Federal – SES/DF, e a Construtora Concreto Eireli-ME, atual Bucar Engenharia e Metrologia - EIRELI.

Em linhas gerais, foram apontadas na **Representação (peça 38)** possíveis irregularidades envolvendo os **Contratos nº 37/2017, 50/2017 e 108/2017-SES/DF**, consistentes em: a) constatação por meio de vistoria de inaptidão do local indicado pela empresa contratada para a prestação de serviços contratados; b) divergência entre o número de bens, especificações e sua localização e a situação real; c) denúncia realizada no Estado do Acre envolvendo violação de moralidade administrativa pela empresa contratada; e d) prorrogações contratuais em desacordo com pareceres desfavoráveis de setores competentes da SES/DF.

Por meio da Decisão nº 353/2021, a Corte conheceu da exordial a fim de diligenciar em relação às irregularidades suscitadas quanto à execução dos Contratos nº 50/2017 e 108/2017 – SES/DF, nos seguintes termos:

DECISÃO Nº 353/2021

[...]

I – conhecer parcialmente da Representação 41/2019-CF (peça 38, e-DOC BFC1DCE4), elaborada pelo Ministério Público junto à Corte do Distrito Federal – MPCDF;

II – determinar à Secretaria de Estado de Saúde do Distrito Federal, com fundamento no art. 123, § 3º, c/c o art. 230, § 7º do RI/TCDF, que, no prazo de 30 (trinta) dias, apresente circunstanciados esclarecimentos acerca:

- a) do acompanhamento realizado pelos Executores dos **Contratos 50/2017 e 108/2017**, celebrados com a empresa Bucar Engenharia e Metrologia -EIRELI (CNPJ 14.349.591/0001-11);*
- b) da aplicação de sanções à citada empresa, com a respectiva motivação;*
- c) das providências tomadas em relação aos indícios de descumprimento do item 7.2.1, subitens c.5 e c.6, do Edital de Pregão 163/2017;*

III – conceder à empresa BUCAR Engenharia e Metrologia - EIRELI (CNPJ 14.349.591/0001-11) a oportunidade de se manifestar acerca dos pontos indicados no item II acima, no prazo de 30 (trinta) dias;

[...]

A Secretaria de Estado de Saúde do Distrito Federal apresentou manifestação nos autos (peça 55), seguida da empresa **BUCAR Engenharia e Metrologia – EIRELI**, CNPJ 14.349.591/0001-11 (peça 69 e anexos: peças 56-68).²

A Secretaria de Estado de Saúde do Distrito Federal-SES/DF (peça 55) encaminhou esclarecimentos da Diretoria de Engenharia Clínica da

² Documentos salvos em duplicidade no e-TCDF: peça 82 e anexos (peças 71 a 81 e 83).



TRIBUNAL DE CONTAS DO DISTRITO FEDERAL
GABINETE DO CONSELHEIRO RENATO RAINHA

Secretaria referentes à inexistência de reclamações ou de quaisquer intercorrências no curso da execução contratual por parte dos executores dos Contratos nº 50/2017 e 108/2017 – SES/DF, os quais foram favoráveis às renovações contratuais e consideravam como “*bom*” o serviço prestado pela contratada, empresa BUCAR Engenharia.

Além disso, notificou o desconhecimento de processos administrativos relacionados a aplicações de sanções à empresa contratada, assim como a inexistência de possíveis “*notificações*” por parte dos respectivos executores dos aludidos contratos.

A aludida Diretoria de Engenharia Clínica não se manifestou quanto ao suscitado descumprimento da do item 7.2.1, subitens c.5 e c.6, do Edital de Pregão 163/2017.

Complementarmente, a Secretaria de Administração Geral da SES/DF reiterou a inexistência de reclamações ou intercorrências no curso da execução dos contratos pelos executores e explicitou demora da contratada na apresentação de garantia contratual em relação ao Contrato nº 50/2017-SES/DF, objeto do Processo SEI nº 0060-008665/2013, em curso para fins de aplicação de penalidades.

A empresa **BUCAR Engenharia e Metrologia – EIRELI** (peça 69 e anexos: peças 56-68) alegou que os serviços estavam sendo prestados de forma satisfatória e sem quaisquer registros de descumprimento contratual ou de aplicação de sanções em relação aos Contratos nº 50/2017 e 108/2017-SES/DF, à exceção de uma multa relacionada ao Contrato nº 93/2017-SES/DF, no valor de R\$ 160.500,00, em face de recusa “justificada” de assinar o referido ajuste, que não se encontra no escopo da presente fiscalização.

Em relação ao alegado descumprimento das exigências do item 7.2.1, subitens c.5 e/ou c.6, do Edital do Pregão nº 163/2017-SES/DF, a contratada alegou que se tratava de “*itens complementares ao Edital*”, sem relevância normativa, uma vez que a prestação dos serviços, seja a manutenção preventiva, corretiva e reposição, em regra deveria ser realizada no próprio estabelecimento de saúde.

Ressaltou que somente em “**ÚLTIMA ANÁLISE**, como situação excepcional é que deveria o equipamento ou a peça sair do local para seu conserto, calibragem, ou correção conforme definido em edital.”, hipótese em que a prestação do serviço ocorreria em “*local de apoio*”.

Argumentou que o descumprimento da exigência pela empresa para que dispusesse de instalações de apoio, decorrente da demora na obtenção de licença de funcionamento de sua sede no DF, é restritiva à competição, posto que outras empresas já sediadas em Brasília/DF estariam em vantagem em relação aos demais concorrentes, o que violaria o princípio da isonomia.



TRIBUNAL DE CONTAS DO DISTRITO FEDERAL
GABINETE DO CONSELHEIRO RENATO RAINHA

Acrescentou que o serviço a ser prestado em “*ESTRUTURA FÍSICA DE APOIO*” jamais se mostrou como exigência imprescindível ao objeto ora licitado, sendo uma condição para situações emergenciais, atípicas durante a execução do instrumento contratual.”

Ademais, alega que não houve qualquer prejuízo ao erário decorrente da aludida demora na regularização de funcionamento de sua sede, posto que a execução do Contrato nº 108/2017 se deu de forma “*PLENA e EFICAZ*”, mediante ateste de todos os executores locais.”

De forma incidental e posterior às manifestações da SES/DF e da empresa contratada, por meio do Ofício nº 319/2022-G2P (peça 88 e anexos: peças 85 a 87), o MPCDF encaminhou uma “*petição de caráter urgente*” da **Associação das Empresas do Segmento Médico Hospitalar e Laboratorial do Distrito Federal (ASSEMEDH/DF)**, noticiando que a empresa **BUCAR Engenharia e Metrologia – EIRELI**³ estaria empregando “*práticas fraudulentas em licitações conduzidas pela Secretaria de Estado de Saúde do Distrito Federal*”, e que a matéria em questão teria relação com os presentes autos.

Em suma, a ASSEMEDH/DF alertou para a possibilidade de renovação do Contrato nº 44212/2021 (Pregão nº 342/2020) apesar de “*possíveis fraudes*” cometidas pela empresa em processos licitatórios conduzidos pela SES/DF, os quais também foram comunicadas ao Departamento de Combate à Corrupção – DECOR da Polícia Civil do Distrito Federal-PCDF e a PROSUS/MPDFT.

Nesse sentido, a ASSEMEDH suscitou possível vinculação entre a empresa **BUCAR Engenharia e Metrologia – EIRELI** e a empresa **Delta Soluções Hospitalares**, ambas participantes da fase de pesquisa de preços na renovação do aludido Contrato nº 108/2014-SES/DF.

Além disso, a ASSEMEDH apontou a existência de indícios de conluio entre a empresa **BUCAR Engenharia e Metrologia – EIRELI** e a empresa **TECNOMED**, nome fantasia da empresa **Eugênio & Marques Ltda.**

Em seguida, o **Corpo Técnico (peça 93)** solicitou autorização para realização de Inspeção na SES/DF, concedida por meio do Despacho Singular nº 488/2022-GCRR (peça 99), a fim de verificar a procedência dos fatos alegados pela ASSEMEDH/DF (peça 88 e anexos: peças 85 a 87).

No presente momento processual, analisa-se as conclusões da Inspeção realizada, materializada no **Relatório de Inspeção nº 9/2022-DIASP3 (peça 105 e Matriz de Responsabilização – peça 104)**, no qual são

³ Nome da empresa: **BK ENGENHARIA E METROLOGIA LTDA.** Fantasia nome, BUCAR ENGENHARIA - CNPJ: 14.349.591/0001. (pesquisa em 20/03/2023 ao site: <https://www.informecadastral.com.br/cnpj/bk-engenharia-e-metrologia-ltda-14349591000111>).



TRIBUNAL DE CONTAS DO DISTRITO FEDERAL
GABINETE DO CONSELHEIRO RENATO RAINHA

apresentados os Achados de Inspeção em face dos fatos suscitados na exordial (peça 38); consideradas as manifestações da SES/DF (peça 55) e da empresa **BUCAR Engenharia e Metrologia – EIRELI** (peça 69 e anexos: peças 56-68); e os fatos objeto da comunicação pela ASSEMEDH/DF, encaminhada pelo Ofício nº 319/2022-G2P (peça 88 e anexos: peças 85 a 87), seguidas de Parecer do MPCDF (peça 109).

MANIFESTAÇÃO DA UNIDADE TÉCNICA (Relatório de Inspeção - peça 105),

Em linhas gerais, o Corpo Técnico identificou as seguintes inconformidades relacionadas à execução dos Contratos nº 50/2017 e 108/2017-SES/DF:

- 1) **acompanhamento inadequado da execução contratual pela SES/DF (Achado 1)** – decorrente da demora e/ou inexistência de executores locais designados para fiscalização da prestação dos serviços em todas as unidades de saúde contempladas pelos aludidos contratos;
- 2) **omissão da SES/DF na apuração de responsabilidade e na aplicação de sanções (Achado 2)** – devido à omissão de unidade orgânica da SES/DF que deixou de comunicar irregularidades das quais teve ciência ao setor competente para a instauração de processo administrativo para apuração das inconformidades;
- 3) **intempestividade pela SES/DF na verificação de exigências do instrumento convocatório (subitem c.5 do Edital do Pregão nº 163/2017, referente ao Contrato nº 108/2017-SES/DF) – (Achado 3)** – o Corpo Técnico reconheceu a invalidade da exigência no Edital do Pregão nº 163/2017 e respectivo Termo de Referência de que a contratada mantivesse um estabelecimento localizado no Distrito Federal para a prestação dos serviços, mas concluiu pela irregularidade em relação ao subitem c.5, cuja observância da exigência somente foi certificada pela SES/DF cerca de 9 (nove) meses após o prazo concedido à contratada, e ainda assim sem a adoção de quaisquer providências a fim de aplicar sanções pelo descumprimento contratual.

Os **Achados de Inspeção** se encontram assim apresentados no respectivo Relatório:

“V. RESULTADOS DA FISCALIZAÇÃO

V.1. A execução dos Contratos nºs 50/2017 e 108/2017 ocorreu em conformidade com os requisitos legais?

39. *Não. A inadequação da fiscalização por parte da SES/DF pode ser observada por meio de relatos incongruentes acerca da qualidade na prestação dos serviços, além da falta de designação de executores de contrato em todas as localidades onde os serviços são prestados.*



TRIBUNAL DE CONTAS DO DISTRITO FEDERAL
GABINETE DO CONSELHEIRO RENATO RAINHA

40. Ademais, restou evidenciada a inércia da Jurisdicionada na apuração de responsabilidade por possíveis falhas na execução contratual, inclusive frente ao comprovado descumprimento de exigências do instrumento convocatório do qual decorreu o Contrato nº 108/2017.

41. Além disso, mesmo havendo diversos dispositivos determinando a aplicação de penalidades no caso de tais descumprimentos, a Pasta manteve a conduta omissiva quanto às sanções.

V.1.1. Acompanhamento inadequado da execução contratual (Achado 1)

42. As informações prestadas pela SES/DF, nos termos do Ofício nº 2790/2021 – SES/GAB (Peça 55, e-DOC CB7BEA1A), indicam que o acompanhamento dos Contratos nºs 50/2017 e 108/2017 ocorreu sem manifestações negativas por parte dos executores. Apesar disso, há contradição com outras comunicações exaradas no âmbito da Pasta.

43. Primeiramente, destaca-se o posicionamento contrário à prorrogação do Contrato nº 108/2017 por parte do Hospital Regional de Santa Maria – HRSM (fl. 123, peça 21, e-DOC A30F6EB2), no qual foi informada dificuldade com a manutenção dos equipamentos devido à falta de peças, resultando, inclusive, na indisponibilidade de uma máquina por aproximadamente 6 meses. Destaca-se que, apesar de o equipamento ter ficado inoperante por um período tão longo, aparentemente essa informação só foi levada ao conhecimento das autoridades superiores no momento dessa comunicação, demonstrando inércia por parte do responsável do HRSM.

44. Ademais, houve a fiscalização do Contrato nº 108/2017, realizada pela DEC, a qual indicou diversos achados e declarações dos responsáveis pelos equipamentos acerca de prestação irregular de serviço (fls. 398 a 400, peça 21, e-DOC A30F6EB2). Salienta-se que, como já abordado anteriormente, a DEC não levou em consideração as contrarrazões da Contratada para emitir seu parecer desfavorável à continuidade do ajuste com a Bucar Engenharia.

45. Ainda, embora tenham sido relatadas irregularidades no serviço prestado pela Bucar Engenharia nos hospitais fiscalizados pela DEC (HRAN, HRG e HRL), somente o HRL se posicionou contrário à renovação do Contrato nº 108/2017 (fls. 128, peça 21, e-DOC A30F6EB2). Contudo, ressalta-se que seu fundamento foi a recomendação emanada pela 1ª PROSUS, e não a sua percepção acerca da qualidade do serviço prestado pela Contratada.

46. Percebem-se, portanto, incongruências na fiscalização dos contratos por parte da SES/DF. Caso os achados da DEC sejam procedentes, isso indica que o acompanhamento dos executores de contrato não foi capaz de capturar a realidade da prestação de serviço pela Bucar Engenharia. Por sua vez, se o trabalho realizado pelos



TRIBUNAL DE CONTAS DO DISTRITO FEDERAL
GABINETE DO CONSELHEIRO RENATO RAINHA

executores foi eficaz, constata-se que a Diretoria de Engenharia Clínica emitiu seu posicionamento desfavorável à prorrogação contratual com base em fundamentos errôneos e sem levar em consideração a manifestação da Contratada.

47. *Objetivando maiores esclarecimentos acerca da precariedade do acompanhamento pela SES/DF, foi emitida a Nota de Inspeção nº 01_8709/2022 – DIASP3, solicitando todos os relatos de executores que indicassem ocorrência de falhas no serviço, além das medidas adotadas para regularizar as situações descritas pelo HRSM e pela DEC. Ainda, foi questionado o motivo pelo qual a fiscalização realizada pela Diretoria de Engenharia Clínica se limitou ao Contrato nº 108/2017, embora o Contrato nº 50/2017 também tenha sido objeto das denúncias à 1ª PROSUS.*

48. *A Pasta se manifestou por intermédio do Ofício nº 7821/2022 – SES/GAB, no entanto, não atendeu a todos os questionamentos constantes da Nota de Inspeção. Além de incompleta, a resposta não foi acompanhada de evidências capazes de suportar as informações nela apresentadas. Dessa maneira, em face da falta de esclarecimentos completos e fundamentados, o CT mantém a conclusão acerca da fragilidade no acompanhamento realizado pela SES/DF.*

49. *Sobre o tema, é necessário abordar a Auditoria⁴ realizada no bojo do Processo nº 5145/2016. Por meio da fiscalização, verificou-se que o acompanhamento da execução dos contratos de manutenção de equipamentos médico-hospitalares no âmbito da SES/DF era inadequado, resultando nas seguintes determinações, conforme Decisão nº 222/2017:*

“II – determinar à Secretaria de Estado de Saúde do Distrito Federal – SES/DF que:

a) estabeleça sistemática de monitoramento e controle da execução dos contratos de manutenção de equipamentos médico-hospitalares, definindo competências e responsabilidades dos setores envolvidos e dos representantes da Administração, prazos e documentos a serem emitidos, entre outros elementos que entender pertinentes, a fim de garantir a correta e eficiente gestão desses ajustes (Achado 1);

b) elabore e implemente um programa regular de capacitação dos executores locais e centrais dos contratos de manutenção de equipamentos médico-hospitalares, tendo como referência a Ordem de Serviço SEPLAG n.º 1/2016, publicada no DODF n.º 4, de 7 de janeiro de 2016 (Achado 1);

(...)

IV – recomendar à SES/DF que:

a) exija a obrigatoriedade de curso de capacitação específico como pré-requisito para designação de executores locais e centrais, bem como de seus respectivos substitutos eventuais, de modo a resguardar o patrimônio

⁴ Auditoria Integrada, incluída no Plano Geral de Ação – PGA de 2016, aprovado pela Decisão Administrativa nº 67/2015, com o objetivo de avaliar a execução e a efetividade de contratos de manutenção de equipamentos médico-hospitalares celebrados pela SES/DF.



TRIBUNAL DE CONTAS DO DISTRITO FEDERAL
GABINETE DO CONSELHEIRO RENATO RAINHA

público, em razão da fragilidade no controle da execução dos contratos de manutenção de equipamentos médico-hospitalares (Achado 1);

b) aprimore a “Cartilha de Apoio ao Executor de Contrato”, elaborada pela Diretoria Executiva do Fundo de Saúde do Distrito Federal, e promova a sua ampla divulgação aos executores de contratos de manutenção de equipamentos médico-hospitalares, orientando-os sobre as peculiaridades e particularidades que envolvem a prestação desses serviços no âmbito da SES/DF, tendo como referência metodológica a Cartilha do Executor de Contrato, publicada pela SEPLAG/DF em 27 de agosto de 2010, no DODF nº 168 (Achado 1);”

50. *Ainda no âmbito do Processo nº 5145/2016, cabe apontar que foi autorizada, mediante Decisão nº 2025/2018, a realização de monitoramento⁵ para verificar a implantação das medidas indicadas pela SES/DF para atendimento das diligências contidas na Decisão nº 222/2017. Por esse motivo, entende-se que não sejam necessárias medidas adicionais quanto a esse ponto.*

51. *Retomando a análise dos Contratos nºs 50/2017 e 108/2017, a situação de fragilidade no acompanhamento dos contratos é reafirmada pela falta de designação de executores de contrato. Conforme a Planilha SES/FSD/DF/DAD/GEADC de 15/03/2018⁶, que consolidou o controle de atestos relacionados ao primeiro mês de vigência do Contrato nº 108/2017 (29/12/2017 a 29/01/2018), constata-se que não havia designação de executor em nenhum dos 15 locais em que o serviço era prestado.*

52. *Além disso, o Memorando SEI-GDF nº 79/2018 SES/SUAG/DACC/GACME, de 01/08/2018 (fls. 105 a 107, peça 21, e-DOC A30F6EB2), emitido mais de sete meses após o início da vigência do ajuste, evidencia que ainda não havia a indicação de executor em sete unidades nas quais o Contrato era executado. Em consulta ao Diário Oficial do Distrito Federal – DODF, foi possível observar que a designação de executores em todas as unidades foi concluída em 14/08/2018⁷.*

53. *Salienta-se que a falta de designação de executores também ocorreu no âmbito do Contrato nº 50/2017. Ao analisar os processos de pagamento referentes ao período de 07/2017 a 07/2018, foram encontrados relatórios de atesto assinados pelo então Diretor Administrativo do HRL⁸, em datas que se estendem de 24/01/2018 a 06/11/2018, contendo indicação expressa de que não havia executor na unidade.*

⁵ Monitoramento será realizado no âmbito do Processo nº 15982/2018.

⁶ DA_01, fls. 154-155.

⁷ Segundo a edição nº 158 do DODF, de 20/08/2018, as nomeações faltantes foram no Hospital Regional da Asa Norte – HRAN e no Hospital Regional do Guará – HRGu, conforme Ordem de Serviço nº 224 de 14/08/2018.

⁸ DA_02, fls. 11, 118, 160, 213 e 251.



TRIBUNAL DE CONTAS DO DISTRITO FEDERAL
GABINETE DO CONSELHEIRO RENATO RAINHA

54. *Inclusive, a primeira nomeação de servidor para atuar como executor no aludido hospital somente ocorreu em 09/04/2019, conforme Ordem de Serviço nº 107, publicada no DODF de 15/04/2019.*

55. *Sobre o assunto, ressalta-se que o Edital de Pregão nº 163/2017 previa a indicação de executores locais nas unidades de saúde em que estivessem instalados os equipamentos, a quem caberia o acompanhamento dos serviços prestados (fl. 83, peça 32, e-DOC 1587689E). No entanto, a minuta do contrato anexada ao Edital (fl. 161, peça 32, e-DOC 1587689E), bem como o próprio Contrato nº 108/2017 (fl. 86, peça 25, e-DOC B41D02AA), somente previram que seria designado “um Executor para o Contrato, que desempenhará as atribuições previstas nas Normas de Execução Orçamentária, Financeira e Contábil”.*

56. *Nesse sentido, o art. 54, § 1º, da Lei nº 8.666/1993 determina a total conformidade entre as cláusulas do contrato administrativo e os termos do instrumento convocatório, em relação ao qual também há manifestação do Tribunal de Contas da União – TCU, conforme Acórdão 2917/2020 – Plenário:*

“Contratos administrativos devem ser firmados com clareza e precisão no que se refere às condições de execução, tendo cláusulas que definam direitos, obrigações e responsabilidades das partes, em total conformidade com os termos do instrumento convocatório e da proposta a qual devem se vincular.”

57. *Ou seja, ainda que previsto no instrumento convocatório a necessidade de executores em cada localidade onde fossem alocados os equipamentos, o Contrato não replicou tal exigência, e, consequentemente, a execução também se deu sem fiscais em todas as localidades.*

58. *Novamente, aborda-se o Processo nº 5145/2016 e a Auditoria realizada. Foi constatado que havia executores dos contratos lotados em setores diferentes daqueles onde estavam instalados os equipamentos, embora o art. 4º da Portaria nº 29/2004 – SGA/DF preconize que “o executor do contrato deverá estar lotado na unidade orgânica diretamente responsável pela supervisão das atividades a que o contrato esteja relacionado”. Ademais, também foram encontrados casos em que não havia designação de executor local em alguns hospitais nos quais existiam equipamentos sujeitos aos contratos de manutenção. Assim, por meio da Decisão nº 222/2017, foi decidido:*

“III – determinar à SES/DF que, doravante: a) providencie a designação formal de executores locais e centrais, bem como de seus respectivos substitutos eventuais para todos os contratos de manutenção de equipamentos médico-hospitalares vigentes cuja execução ocorra de forma descentralizada (Achado 1);”



TRIBUNAL DE CONTAS DO DISTRITO FEDERAL
GABINETE DO CONSELHEIRO RENATO RAINHA

59. *A Secretaria de Saúde, a fim de atender ao decisum, elaborou um Plano de Ação⁹, indicando que a designação formal dos executores locais e centrais, bem como de seus substitutos, seria realizada pela Subsecretaria de Administração Geral – SUAG, até 21/02/2018. Além disso, em 11/04/2018 foi publicada a Portaria nº 170/2018¹⁰, reforçando ser competência da SUAG a designação dos executores do contrato. Entretanto, como já apontado, tais nomeações só foram finalizadas em abril de 2019.*

60. *Isso significa que a inexistência de executores em todas as unidades que possuam equipamentos objeto dos contratos de manutenção contraria o instrumento convocatório, a Portaria nº 29/2004 – SGA/DF e a Decisão nº 222/2017. Aliás, se mostra como uma irregularidade frequente nos processos de acompanhamento de execução de contratos no âmbito da SES/DF. Por esse motivo, sugere-se a realização de audiência do titular da SUAG, conforme Matriz de Responsabilização (Peça 104, e-DOC 32F37242).*

V.1.2. Omissão na apuração de responsabilidade e na aplicação de sanções (Achado 2)

61. *Quanto à aplicação de sanções, a GSIE declarou que não foi instada a apurar possíveis irregularidades ou a instaurar processos administrativos com objetivo de aplicar penalidades à empresa contratada. Apesar disso, é possível identificar duas situações em que se indicaram falhas na prestação de serviço constante do Contrato nº 108/2017 por parte da Bucar Engenharia, a saber: a manifestação do HRSM (fl. 123, peça 21, e-DOC A30F6EB2) e as irregularidades encontradas pela DEC (fls. 398 a 400, peça 21, e-DOC A30F6EB2).*

62. *Sobre o tema, destacam-se os dispositivos da Lei nº 8.666/1993 que tratam da execução dos contratos e das sanções em caso de inexecução:*

art. 66. O contrato deverá ser executado fielmente pelas partes, de acordo com as cláusulas avençadas e as normas desta Lei, respondendo cada uma pelas consequências de sua inexecução total ou parcial.

(...)

Art. 87. Pela inexecução total ou parcial do contrato a Administração poderá, garantida a prévia defesa, aplicar ao contratado as seguintes sanções:

I - advertência;

II - multa, na forma prevista no instrumento convocatório ou no contrato;

III - suspensão temporária de participação em licitação e impedimento de contratar com a Administração, por prazo não superior a 2 (dois) anos;

⁹ Plano de Ação analisado pelo Corpo Técnico, conforme Informação nº 08/2018 – DIAUD2 (Peça 75 do Processo nº 5145/2016, e-DOC F63157CB). Reforça-se que as medidas constantes do Plano de Ação serão objeto de Monitoramento constante do Processo nº 15982/2018.

¹⁰ Estabelece o Regulamento da Execução das Contratações da Secretaria de Estado de Saúde do Distrito Federal.



TRIBUNAL DE CONTAS DO DISTRITO FEDERAL
GABINETE DO CONSELHEIRO RENATO RAINHA

IV - declaração de inidoneidade para licitar ou contratar com a Administração Pública enquanto perdurarem os motivos determinantes da punição ou até que seja promovida a reabilitação perante a própria autoridade que aplicou a penalidade, que será concedida sempre que o contratado ressarcir a Administração pelos prejuízos resultantes e após decorrido o prazo da sanção aplicada com base no inciso anterior.”

63. *Em complemento ao assunto, o TCU entende que “o não cumprimento do contrato enseja aplicação das sanções previstas à empresa contratada, não se tratando de decisão discricionária dos gestores” (Acórdão 2916/2013 – Plenário).*

64. *Além disso, merece destaque o posicionamento doutrinário acerca dos princípios da supremacia e da indisponibilidade do interesse público. Segundo Di Pietro¹¹:*

“(…) É, pois, no âmbito do direito público, em especial do Direito Constitucional e Administrativo, que o princípio da supremacia do interesse público tem a sua sede principal.

Ocorre que, da mesma forma que esse princípio inspira o legislador ao editar as normas de direito público, também vincula a Administração Pública, ao aplicar a lei, no exercício da função administrativa.

Se a lei dá à Administração os poderes de desapropriar, de requisitar, de intervir, de policiar, de punir, é porque tem em vista atender ao interesse geral, que não pode ceder diante do interesse individual. (...)

*Ligado a esse princípio de supremacia do interesse público – também chamado de princípio da finalidade pública – está o da indisponibilidade do interesse público que, segundo Celso Antônio Bandeira de Mello (2004:69), “significa que sendo interesses qualificados como próprios da coletividade – internos ao setor público – não se encontram à livre disposição de quem quer que seja, por inapropriáveis. **O próprio órgão administrativo que os representa não tem disponibilidade sobre eles, no sentido de que lhe incumbe apenas curá-los – o que é também um dever – na estrita conformidade do que dispuser a intentio legis**”. Mais além, diz que “as pessoas administrativas não têm portanto disponibilidade sobre os interesses públicos confiados à sua guarda e realização. Esta disponibilidade está permanentemente retida nas mãos do Estado (e de outras pessoas políticas, cada qual na própria esfera) em sua manifestação legislativa. Por isso, a Administração e a pessoa administrativa, autarquia, têm caráter instrumental”.*

*Precisamente por não poder dispor dos interesses públicos cuja guarda lhes é atribuída por lei, **os poderes atribuídos à Administração têm o caráter de poder-dever; são poderes que ela não pode deixar de exercer, sob pena de responder pela omissão. Assim, a autoridade não pode renunciar ao exercício das competências que lhe são outorgadas por lei; não pode deixar de punir quando constate a prática de ilícito administrativo; não pode deixar de exercer o poder de polícia para coibir o exercício dos direitos individuais em conflito com o bem-estar coletivo; não pode deixar de exercer os poderes decorrentes da hierarquia; não pode fazer liberalidade com o dinheiro público. Cada vez que ela se omite no exercício de seus poderes, é o interesse público que está sendo***

¹¹ DI PIETRO, M. S. Z. Direito administrativo. 33. ed. Rio de Janeiro: Forense, 2020.



TRIBUNAL DE CONTAS DO DISTRITO FEDERAL
GABINETE DO CONSELHEIRO RENATO RAINHA

prejudicado.

O princípio do interesse público está expressamente previsto no artigo 2º, caput, da Lei nº 9.784/99, e especificado no parágrafo único, com a exigência de “atendimento a fins de interesse geral, vedada a renúncia total ou parcial de poderes ou competências, salvo autorização em lei” (inciso II). Fica muito claro no dispositivo que o interesse público é irrenunciável pela autoridade administrativa.” (grifos nossos)

65. *No caso em análise, frente aos indícios de irregularidades na execução do contrato, havia a obrigação de apuração dos fatos por parte da GSIE. No entanto, cabe destacar as competências de cada participante do processo de acompanhamento dos contratos, conforme Portaria nº 170/2018:*

“Art. 20. Ao executor ou comissão executora compete:

(...)

IV- comunicar à Unidade Gestora as ocorrências que possam ensejar aplicação de penalidades ao contratado e as alterações necessárias ao projeto e suas consequências no custo previsto;”.

(...)

Art. 25. À Unidade Gestora compete:

(...)

XIII- comunicar à Gerência de Sanções e Intercorrências na Execução (GSIE/DFACC) eventuais intercorrências na prestação do serviço ou entrega do bem pelo contratado, apontadas pelo executor ou comissão executora, que configurem descumprimento contratual passível de penalidade, nos termos da lei e do art. 140 desta Portaria;”.

66. *Percebe-se, portanto, que a GSIE age de maneira provocada pela Unidade Gestora, que por sua vez depende da comunicação dos executores de contrato. Apesar disso, a GSIE não foi acionada em nenhum momento. Ainda que eventuais justificativas da Contratada afastassem a aplicação de penalidade em cada caso, os procedimentos formais de apuração dos fatos deveriam ter sido realizados.*

67. *Dessa maneira, resta comprovada a omissão no exercício do poder-dever de apurar irregularidades e aplicar sanções, sujeitando os agentes envolvidos a responder por tal omissão.*

68. *No caso do equipamento instalado no HRSM que alegadamente esteve inoperante por mais de seis meses, não havia executor local designado para tal unidade. Em que pese a situação ter sido relatada intempestivamente pelo então Chefe do NECFM/HRSM¹², sua responsabilização seria inadequada, visto não ter sido investido na função de executor, a quem de fato competia a comunicação de irregularidades.*

69. *Por sua vez, a Unidade Gestora tomou conhecimento de supostas falhas na prestação de serviço em diversos momentos, a*

¹² Núcleo de Engenharia Clínica e Física Médica.



TRIBUNAL DE CONTAS DO DISTRITO FEDERAL
GABINETE DO CONSELHEIRO RENATO RAINHA

exemplo do relatório emitido pela DEC¹³, sem resultar em acionamento da GSIE. Além disso, houve repetidas denúncias acerca do descumprimento de cláusulas contratuais pela Bucar Engenharia, inclusive com a comprovação de uma das alegações, como será visto adiante. No entanto, também não há registro de processo para apurar a responsabilidade da contratada, muito menos para aplicar sanções a ela.

70. *A título de esclarecimento, a Unidade Gestora à época deve ser entendida como a Gerência de Acompanhamento de Contratos de Manutenção de Equipamentos Médicos – GACME. Saliencia-se que o órgão foi incluído na estrutura administrativa da SES/DF por meio do Decreto nº 38.982 de 10/04/2018 sem definição de suas competências, as quais somente foram estabelecidas mediante o Decreto nº 39.546 de 19/12/2018. Apesar disso, os autos do Processo¹⁴ demonstram que a GACME já se intitulava Unidade Gestora dos Contratos em apreço, além de também exercer as competências da mesma.*

71. *Dessa maneira, visto ter sido informado sobre possíveis problemas na execução contratual e não ter acionado a GSIE, o titular da GACME deixou de exercer suas competências legais, constituindo uma irregularidade e sujeitando-o a responsabilização, conforme Matriz de Responsabilização.*

V.1.3. Intempestividade na verificação de exigências do instrumento convocatório (Achado 3)

72. *Por fim, quanto aos indícios de descumprimento do item 7.2.1, subitens c.5 e c.6, do Edital de Pregão nº 163/2017, não há manifestação efetiva por parte da Secretaria de Saúde. Apesar disso, a Bucar Engenharia se posicionou sobre o tema, discorrendo acerca da ilegalidade da exigência prevista no Edital, que previa:*

“7.2.1. As licitantes devidamente cadastradas no SICAF deverão encaminhar os seguintes documentos:

(...)

DA QUALIFICAÇÃO TÉCNICA-PROFISSIONAL

c. Para fins de comprovação da qualificação técnico-profissional, a empresa licitante deverá apresentar:

(...)

c.5) Declaração da empresa LICITANTE, de que disponibilizará e manterá, durante toda a vigência contratual, no Distrito Federal, estrutura de apoio capaz de atender aos chamados técnicos no prazo estabelecido com instalações apropriadas e profissionais habilitados à prestação dos serviços objeto deste Termo de Referência, na forma do inciso II combinado com o § 6º ambos do art. 30 da Lei nº 8.666/93;

¹³ Por meio do Despacho GACME/DACC/SUAG/SES de 03/10/2018 (fl. 203, peça 21, e-DOC A30F6EB2), a GACME declarou ter recebido a manifestação da DEC acerca dos achados resultantes de sua fiscalização.

¹⁴ Peça 21, fls. 85/88, 105/108, 130, 176, 203, 251/252, e-DOC A30F6EB2.



TRIBUNAL DE CONTAS DO DISTRITO FEDERAL
GABINETE DO CONSELHEIRO RENATO RAINHA

c.6) Empresa Licitante que não possuir representação no Distrito Federal terá o prazo de 30 dias (corridos) após a assinatura do Contrato para apresentar o estabelecimento da empresa no DF.”

73. **Segundo a Contratada, o objeto do certame era a “prestação de serviço de manutenção preventiva e corretiva com reposição de peças em equipamentos (...)”, e ressalta que a natureza desse serviço implicaria que, em regra, jamais os equipamentos deveriam sair do estabelecimento de saúde. Assim, enquanto houvesse equipe disponível para consertar os itens nas localidades dos hospitais, não haveria real necessidade de a empresa ter um estabelecimento próprio localizado no DF.** Apesar disso, trata-se apenas de uma interpretação da empresa, pois não há menção no Edital de Pregão ou no Termo de Referência acerca da excepcionalidade de prestação de serviço fora dos hospitais. **(grifou-se)**

74. **Em que pese isso, a exigência, em licitações, de instalação de dependências em localidade específica é assunto tratado pelo TCU. Conforme o Acórdão 1176/2021 - Plenário: (grifou-se)**

“9.2.1. exigência de que os licitantes instalem escritório na cidade de Porto Velho/RO, ou em raio máximo de até 50 km da cidade, no prazo máximo de sessenta dias a partir da vigência do contrato, estabelecida no item 9.11.2 do Edital do Pregão Eletrônico 12/2020, sem a devida demonstração de que seja imprescindível para a garantia da adequada execução do objeto licitado, e/ou, considerando os custos a serem suportados pela contratada, sem avaliar a sua pertinência frente à materialidade da contratação e aos impactos no orçamento estimativo e na competitividade do certame que, entre outros exames, tem o potencial de restringir o caráter competitivo da licitação, afetar a economicidade do contrato e ferir o princípio da isonomia, em ofensa ao art. 3º, caput e § 1º, inciso I, da Lei 8.666/1993;” (grifos nossos)

75. Analisando o Edital de Pregão nº 163/2017, o subitem c.5 exige a declaração da licitante de que “manterá, durante toda a vigência contratual, no Distrito Federal, estrutura de apoio capaz de atender aos chamados técnicos no prazo estabelecido com instalações apropriadas e profissionais habilitados (...)”. **De fato, não há exigência de que a empresa tenha uma sede no DF, bastando uma estrutura de apoio suficiente e adequada para a prestação do serviço. (grifou-se)**

76. Entretanto, o subitem c.6 explicita a necessidade de haver um estabelecimento da contratada no Distrito Federal, em período máximo de 30 dias da assinatura do contrato. Contudo, o Edital e o Termo de Referência não apresentam demonstração da necessidade dessa demanda para a garantia da adequada execução do objeto. **Assim, o subitem c.6 apresenta uma exigência incompatível com os princípios aplicados à licitação pública. (grifo nosso)**



TRIBUNAL DE CONTAS DO DISTRITO FEDERAL
GABINETE DO CONSELHEIRO RENATO RAINHA

77. Apesar disso, mesmo que tal subitem constitua uma imposição inválida, ainda resta comprovada a demora no cumprimento do subitem c.5. De início, a denúncia de 15/03/2018 da ASSEMEDH/DF à 1º PROSUS (fls. 315 a 320, peça 21, e-DOC A30F6EB2) apontou a irregularidade das instalações da Bucar Engenharia, assunto reforçado pela Associação em 04/05/2018, quando se referiu ao Termo de Vistoria 62889 decorrente de vistoria da Diretoria de Vigilância Sanitária do Distrito Federal – DIVISA/DF, no qual se constatou que a empresa não estaria em situação regular (fls. 323 a 328, peça 21, e-DOC A30F6EB2).

78. Todavia, a primeira evidência de apuração por parte da SES/DF sobre o descumprimento da cláusula é datada de 25/10/2018, nos termos do Despacho emitido pela DEC, indicando a irregularidade do Alvará de Funcionamento da AGEFIS ID 13567871 (fls. 413 a 414, peça 21, e-DOC A30F6EB2), pois estava deferido para a atividade de “Escritório Administrativo ou de Representação”.

79. Além disso, esse licenciamento foi datado de 14/06/2018, quase 6 meses após a assinatura do contrato, que ocorreu em 27/12/2017. Ainda, o Certificado de Licenciamento (RLE Digital 53900382221) definitivo somente foi obtido em 04/12/2018, mais de 10 meses após o prazo de 30 dias previsto no Edital de Pregão.

80. Ou seja, a Jurisdicionada somente buscou certificar-se do cumprimento do subitem c.5 em 25/10/2018, aproximadamente 9 meses após o prazo em que a Bucar Engenharia deveria tê-lo atendido, demonstrando a ausência de fiscalização. Sobre o assunto, há jurisprudência do TCU, conforme Acórdão 1632/2009 – Plenário:

“A propósito, vale registrar que a prerrogativa conferida à Administração de fiscalizar a implementação da avença deve ser interpretada também como uma obrigação. Por isso, fala-se em um poder-dever, porquanto, em deferência ao princípio do interesse público, não pode a Administração esperar o término do contrato para verificar se o objeto fora de fato concluído conforme o programado, uma vez que, no momento do seu recebimento, muitos vícios podem já se encontrar encobertos.”

81. Além de intempestiva, a fiscalização não se mostrou efetiva. Ainda que a cláusula décima terceira do Contrato nº 108/2017 previsse a sanção de advertência no caso de descumprimento de qualquer obrigação pela Contratada, ficou comprovado que a SES/DF não aplicou nenhuma penalidade à Bucar Engenharia, mesmo estando irregular por quase toda a vigência original do Contrato.

82. Novamente, em consonância com o Acórdão 2916/2013 – Plenário TCU e o posicionamento doutrinário, não há discricionariedade do agente público para aplicar sanções no caso de descumprimento contratual. Assim, fica evidenciada a irregularidade cometida pelos responsáveis pelo acompanhamento do Contrato nº 108/2017, sujeitando-os à responsabilização.



TRIBUNAL DE CONTAS DO DISTRITO FEDERAL
GABINETE DO CONSELHEIRO RENATO RAINHA

83. *Ressalta-se que, no período em que a omissão teve início (27/01/2018), a estrutura orgânica da SES/DF¹⁵ era incoerente com o Regimento Interno então vigente¹⁶, pois este estabelecia competências a órgãos que foram posteriormente desconstituídos. Entretanto, como esclarecido no parágrafo 70, em 10/04/2018 a GACME foi instituída, passando a exercer o acompanhamento dos contratos.*

84. *Nesse sentido, estrutura da SES/DF anterior à criação da GACME continha a Diretoria de Contratos e Convênios – DCC, destacando-se um de seus órgãos subordinados, a Gerência de Acompanhamento e Prestação de Contas – GEAPC.*

85. *Em que pese não haver previsão explícita das atribuições da GEAPC, é possível identificar, nos autos de outros Processos que tramitam nesta Corte, que o órgão exercia atividades típicas de acompanhamento de contrato, inclusive algumas que posteriormente foram conferidas à GACME pela Portaria nº 170/2018.* 86.

86. *A exemplo do MEMO nº 771/2017 – DCC/CODCOMP/SUAG/SES (fls. 79 e 80, peça 49 do Processo nº 35431/2017, e-DOC nº B7D8F986), assinado pela titular da GEAPC:*

“Considerando que na data de 07 de outubro de 2017 expirar-se-á o prazo de vigência do Contrato nº 240/2014-SES/DF celebrado entre a Secretaria de Saúde do Distrito Federal e a CENTRO BRASILEIRO DA VISÃO LTDA e, visando a cumprir o estabelecido no Parecer nº1030/2019 - PROCAD/PGDF solicitamos a Vossa Senhoria que envie, _NO_ PRAZO DE 05 (CINCO) DIAS ÚTEIS, à Gerência de Acompanhamento e Prestação de Contas - GEAPC/DCC:

- 1. Relatório prévio do(a) Executor do Contrato sobre o interesse na prorrogação e a adequação dos serviços prestados; justificativa escrita acerca da necessidade do serviço/fornecimento e da vantagem na prorrogação em confronto com a deflagração de novo processo licitatório;*
- 2. Constatação em pesquisa de mercado que os preços ora praticados permanecem vantajosos economicamente para a Administração (considerando, inclusive, eventual requerimento de reajuste feito pela contratada). Neste ponto, o (a) executor (a) deverá juntar preços praticados por contratos similares no âmbito da Administração Pública ou propostas de outras empresas do ramo;*
- 3. Manifestação expressa da contratada acerca do interesse na prorrogação do ajuste, bem como no reajustamento dos preços contratados, se for o caso;*
- 4. Prova de que a contratada mantém as condições iniciais de habilitação, em atenção ao que preconiza o art. 55, XIII, da Lei nº 8.666/93 (documentos facilmente retirados pela internet ou fornecidos pela contratada):*
 - Certidão de Regularidade do FGTS, fornecido pela Caixa Econômica Federal;*

¹⁵ Decreto nº 36.918 de 26/11/2015.

¹⁶ Decreto nº 34.213 de 14/03/2013.



TRIBUNAL DE CONTAS DO DISTRITO FEDERAL

GABINETE DO CONSELHEIRO RENATO RAINHA

- *Certidão Negativa de débitos (CND) para com a Previdência Social, emitida pelo Instituto Nacional de Seguridade Social (INSS);*
- *Certidão de Regularidade da Fazenda Federal e*
- *Certidão Negativa de Débitos da Secretaria de Estado da Fazenda do GDF.*

(...)

Informamos, ainda, que a Gerência de Acompanhamento e Prestação de Contas/DCC está disponível para auxiliar e orientar os executores no desempenho de suas atribuições de forma célere e adequada. Com esse intuito disponibilizamos modelos de relatórios, justificativa de prorrogação contratual e pesquisa de preços nos e-mails geapc.dcc@gmail.com e geapc.dcc@saude.df.gov.br, telefone institucional 99171-8915.

87. O documento, além de possuir conteúdo e forma similar aos que continuaram sendo emitidos pela GACME (fls. 85 a 88, 105 a 108, 251 a 252, peça 21, e-DOC A30F6EB2), demonstra relação com as competências que a Portaria nº 170/2018 estabeleceu à Unidade Gestora:

“Art. 25. À Unidade Gestora compete:

(...)

III- realizar diligências administrativas para verificar o cumprimento das cláusulas contratuais e auxiliar os executores ou comissão executora no que lhe couber;

(...)

VI- receber, pelo contratado, a documentação trabalhista, previdenciária e fiscal, relativa à execução do contrato;

(...)

XIV- instar o executor ou comissão executora, com antecedência mínima de 180 (cento e oitenta dias), a se manifestar sobre o término da vigência, o interesse na prorrogação do contrato ou o número do novo processo de contratação.

(...)

Art. 56. Nos casos em que o executor ou comissão executora se manifestem favoravelmente à renovação, a Unidade Gestora notificará o contratado para apresentar manifestação, no prazo de 3 (três) dias úteis, acerca do interesse na prorrogação da vigência do contrato.”

88. Por tais motivos, entende-se que, no período que compreende o início da omissão até a efetiva criação da GACME (27/01/2018 – 10/04/2018), a responsabilidade pela irregularidade deve ser imputada ao titular da GEAPC. De 11/04/2018 até o cessamento da omissão, em face da edição dos Decretos nºs 38.982/2018 e 39.546/2018 e da Portaria nº 170/2018, resta evidente que a responsabilidade passou a ser do titular da GACME.

89. Portanto, em face do comprovado descumprimento do subitem c.5 pela Contratada, sugere-se a audiência dos responsáveis indicados na Matriz de Responsabilização, por não realizarem a devida fiscalização, bem como que seja determinado à SES/DF que instaure processo administrativo para aplicar as sanções cabíveis, nos termos do item 8.2.1 do Edital de Pregão nº 163/2017”.



TRIBUNAL DE CONTAS DO DISTRITO FEDERAL
GABINETE DO CONSELHEIRO RENATO RAINHA

Por outro lado, o Corpo Técnico opina pela improcedência da denúncia apresentada pela ASSEMEDH/DF (peça 88 e anexos: peças 85 a 87) em relação à possível prática de atos fraudulentos por parte da empresa **BUCAR Engenharia e Metrologia – EIRELI** em certames conduzidos pela SES/DF, em face da ausência de evidências suficientes para suportar conclusões nesse sentido, além de ter sido constatado durante a Inspeção que o equipamento instalado no Hospital Regional de Taguatinga-HRT possuía o mesmo número de série descrito no Contrato nº 50/2017-SES/DF, ao contrário do noticiado pela ASSEMEDH.

Segue extrato do Relatório de Inspeção quanto à essa denúncia da ASSEMEDH (peça 88 e anexos: peças 85 a 87):

“V.2. A denúncia apresentada pela ASSEMEDH/DF sobre práticas fraudulentas empregadas em processos licitatórios, por parte da Bucar Engenharia, é procedente?”

90. Não. Os argumentos utilizados pela Associação se limitam a indícios de supostos relacionamentos entre a Bucar Engenharia e as empresas Delta Soluções Hospitalares e Tecnomed. No entanto, a jurisprudência do TCU defende que a mera participação em licitações de empresas integrantes de um grupo econômico não configura fraude em processo licitatório, sendo necessária a demonstração da violação dos princípios e dos objetivos do certame.

91. Considerando que a ASSEMEDH/DF não apresentou elementos idôneos para caracterizar a efetiva fraude em licitações, a denúncia deve ser considerada improcedente nesse ponto.

92. Além disso, foi constatado que o equipamento instalado no Hospital Regional de Taguatinga – HRT possui o mesmo número de série que o descrito no Contrato nº 50/2017, afastando a denúncia nesse ponto também.

V.2.1. Possível relação entre a Bucar Engenharia e a Delta Soluções Hospitalares

93. De antemão, examinam-se as alegações referentes à empresa Delta Soluções Hospitalares e à sua capacidade de prestação de serviço. Quanto ao lapso de tempo entre a sua criação e a participação na pesquisa de preço, o fato por si só não constitui indício de irregularidade, uma vez que não se caracteriza como um quesito pertinente à comprovação da capacidade técnica da empresa.

94. No que tange à alegação de que a empresa não teria, em seu catálogo, os equipamentos indicados pela ASSEMEDH/DF, a denúncia não deve ser considerada procedente. Isso ocorre pois o objeto do Contrato nº 108/2017 é a manutenção de tais equipamentos, além da reposição de peças. Assim, a exigência de que a empresa comercialize tais itens extrapola os requisitos do objeto.

95. Por fim, aborda-se o possível relacionamento entre o sócio-administrador da Delta Soluções Hospitalares e a Bucar Engenharia.



TRIBUNAL DE CONTAS DO DISTRITO FEDERAL
GABINETE DO CONSELHEIRO RENATO RAINHA

Com efeito, a denúncia foi acompanhada de indícios¹⁷ de que, mesmo após a abertura de sua própria empresa, o sr. Lucas Ignowsky continuou a se relacionar com a empresa B&F (empresa-irmã da Bucar Engenharia¹⁸).

96. Todavia, ainda que se demonstrasse a continuidade da atuação do sr. Lucas Ignowsky nas aludidas empresas ou que se configurasse um grupo econômico, as circunstâncias apresentadas não são suficientes para caracterizar a ocorrência de conluio entre as sociedades citadas, tampouco a existência de ilícitos nos processos licitatórios em que participaram. Inclusive, o TCU já se posicionou sobre o tema, conforme Acórdão 2803/2016 – Plenário:

“5. De fato, não existe vedação legal à participação simultânea, no mesmo certame licitatório, de empresas do mesmo grupo econômico ou mesmo com sócios em relação de parentesco, mas é necessário reconhecer que tais situações podem acarretar a quebra da isonomia entre as licitantes, salientando, contudo, que isso não restou confirmado no presente caso concreto.

6. Observo que, no caso específico de licitações na modalidade pregão, a própria dinâmica da disputa de lances tende a acirrar a competitividade entre as licitantes, conduzindo à seleção da proposta mais vantajosa, de sorte que a demonstração da fraude à licitação passa pela evidência do nexo causal entre a conduta das empresas com sócios em comum ou em relação de parentesco e a frustração dos princípios e dos objetivos da licitação.” (grifos nossos)

97. Dessa maneira, em face da ausência de indicativos de efetiva frustração do processo licitatório, a denúncia apresentada pela ASSEMEDH/DF não deve prosperar nesse ponto.

V.2.2. Possível relação entre a Bucar Engenharia e a Tecnomed

98. Antes de mais nada, ressalta-se que a denúncia não deve prosperar na alegação de que a Bucar Engenharia e a Tecnomed não seriam credenciadas pela Konica Minolta. Primeiramente porque não havia tal exigência no instrumento convocatório, que somente exigia que a qualificação técnica fosse comprovada por meio de Certidão de Regularidade Técnica ou inscrição em Conselho de Engenharia, além de comprovar a aptidão da empresa e seus profissionais através de atestados e de Certidão de Acervo Técnico. Ademais, o tema é tratado pelo TCU, conforme Acórdão 1805/2015 – Plenário:

“Conforme jurisprudência desta Corte, a exigência de declaração do fabricante, carta de solidariedade, ou credenciamento, como condição para habilitação de licitante, carece de amparo legal, por extrapolar o que determinam os arts. 27 a 31, da Lei nº 8.666/93, e 14 do Decreto nº 5.450/2005.”

¹⁷ Foi apresentado um Contrato entre a B&F e o Centro de Ensino Unificado do Distrito Federal Ltda, no qual o sr. Lucas Ignowsky atuou como testemunha, assinado após a abertura da Delta Soluções Hospitalares.

¹⁸ Por meio do Portal da Transparência do Governo Federal, confirma-se que ambas as empresas estão localizadas no mesmo endereço: TR SIA TRECHO 17 RUA 05 LOTE, NÚMERO 60. Ademais, no próprio site da B&F faz-se uso da expressão “Nós da Bucar Engenharia Clínica (...)”.



TRIBUNAL DE CONTAS DO DISTRITO FEDERAL
GABINETE DO CONSELHEIRO RENATO RAINHA

99. Nada obstante, a própria Secretaria de Saúde indeferiu o recurso que usava como fundamento a falta de credenciamento das adversárias, interposto no bojo do Pregão Eletrônico nº 342/2020 pela própria Konica Minolta, na figura de participante do certame.

100. Superado esse ponto, procede-se à análise dos indícios de conexão entre as empresas. Para tanto, retoma-se o Acórdão 2803/2016 – Plenário TCU sobre a participação de empresas pertencentes a um grupo econômico em um mesmo processo licitatório. O julgado defende que, “no caso específico de licitações na modalidade pregão, a própria dinâmica da disputa de lances tende a acirrar a competitividade entre as licitantes, conduzindo à seleção da proposta mais vantajosa”.

101. Em sua denúncia, a ASSEMEDH/DF alegou que a Bucar Engenharia e a Tecnomed participaram do Pregão Eletrônico nº 342/2020, e que teria havido conluio para que a primeira fosse vencedora dos grupos I e III, enquanto a segunda seria a mais bem colocada para os grupos II e IV.

102. No entanto, em análise da ata do pregão (fls. 316 a 356, peça 85, e-DOC D3E1B22C), percebe-se que a Bucar Engenharia sequer participou da competição pelos grupos II e IV. Além disso, embora ambas tenham disputado pelos grupos I e III, observa-se que outras empresas também participaram de maneira efetiva, por meio de seus lances, conferindo ao certame o adequado caráter competitivo.

103. Dessa maneira, os demais fatos apresentados¹⁹ que buscam demonstrar o relacionamento entre as empresas se tornam irrelevantes, pois não são acompanhados de indicação de situações que caracterizem a possível ação concertada entre as empresas com objetivo de frustrar a competitividade da licitação.

104. Pelos motivos expostos, a denúncia feita pela Associação não deve ser considerada procedente nesse ponto.

V.2.3. Divergência no número de série do equipamento instalado no HRT

105. Tanto na denúncia recente ao MPJTCDF (fls. 9 a 10, peça 86, e-DOC A66FB439) quanto em uma das denúncias à 1ª PROSUS, de 08/05/2018, (fls. 338 a 340, peça 21, e-DOC A30F6EB2), a ASSEMEDH/DF informou que havia divergência no número de série de um equipamento instalado no Hospital Regional de Taguatinga, sujeito ao serviço de manutenção objeto do Contrato nº 50/2017.

106. O ajuste especifica que o aparelho alocado na Unidade de Radiologia do HRT é um arco cirúrgico, da marca VMI/Philips, modelo “CENOS PLUS GAVANÇADO”, número de série é “0175.002.012”. No entanto, a Associação divulgou uma imagem da etiqueta de identificação do dispositivo, indicando a numeração “P3416.001.001”. Segundo a ASSEMEDH, seria uma evidência não só de irregularidade

¹⁹ Contratação de seguros com a Nova Black Bull Corretora de Seguros Ltda, embora nenhuma das duas empresas esteja sediada na mesma cidade que a corretora; assinaturas do sr. Hermes Hudson Dantas de Oliveira em documentos de ambas as empresas.



TRIBUNAL DE CONTAS DO DISTRITO FEDERAL
GABINETE DO CONSELHEIRO RENATO RAINHA

grave na execução do contrato, mas também da relação entre a Bucar Engenharia e a Tecnomed.

107. *Por intermédio de verificação in loco, foi possível confirmar a existência da máquina, que estava em condições normais de operação, segundo o Chefe do Núcleo de Engenharia Clínica e Física Médica do HRT. Além disso, foram obtidos os dados de identificação, apresentados na Figura 2. Como se observa, o equipamento encontrado possui as mesmas características que o indicado no contrato, inclusive o número de série "0175.002.012". Portanto, a denúncia deve ser considerada improcedente nesse ponto".*

[...]

Consta dos autos justificativa do Corpo Técnico para a não remessa de versão prévia do Relatório de Inspeção ao gestor da SES/DF e elaboração no presente momento da Versão Final do Relatório sob a alegação de que as inconformidades identificadas no Relatório se referem apenas às questões suscitadas a exordial (peça 38), em relação às quais já houve manifestação tanto da SES/DF (peça 55), quanto da empresa BUCAR Engenharia (peça 69 e anexos: peças 56-68).

Segue extrato das conclusões e proposições do aludido **Relatório de Inspeção**:

[...]

VII. CONCLUSÕES

113. ***A presente fiscalização objetivou analisar o mérito da Representação nº 41/2019 – G2P (Peça 38, e-DOC BFC1DCE4), de autoria do MPJTCDF, referente à Representação oferecida pela ASSEMEDH/DF (Peças 1 a 37) e complementada com informações de denúncia da mesma Associação (Peças 85 a 88).***

114. ***Após analisar as manifestações da Secretaria de Saúde e da empresa Bucar Engenharia, restaram evidenciadas falhas no acompanhamento da execução dos Contratos nºs 50/2017 e 108/2017. Tais irregularidades dizem respeito à falta de designação de executores de contrato e à omissão na apuração de problemas na prestação do serviço e na aplicação de sanções administrativas. Além disso, comprovou-se que a Bucar Engenharia descumpriu exigências previstas no instrumento convocatório. Em face disso, entende-se que a Exordial pode ser considerada parcialmente procedente.***

115. ***Dessa maneira, sugere-se que seja determinada a audiência dos responsáveis indicados na Matriz de Responsabilização, bem como que seja determinado à Secretaria de Saúde que instaure processo administrativo para aplicar as sanções cabíveis, nos termos do item 8.2.1 do Edital de Pregão nº 163/2017, por causa do descumprimento do item 7.2.1, subitem c.5, do mesmo instrumento convocatório.***



TRIBUNAL DE CONTAS DO DISTRITO FEDERAL
GABINETE DO CONSELHEIRO RENATO RAINHA

116. Quanto à nova denúncia da ASSEMEDH/DF, constatou-se que os fatos apresentados se limitaram a indícios de relacionamento entre a Bucar Engenharia e as empresas Delta Soluções Hospitalares e Tecnomed, estando ausentes elementos que indiquem efetiva frustração aos princípios e aos objetivos do processo licitatório. Além disso, após verificação *in loco*, restou comprovado que, ao contrário do alegado na referida denúncia, não há irregularidade acerca da numeração de série do equipamento alocado na Unidade de Radiologia do HRT, um arco cirúrgico, da marca VMI/Philips. Destarte, sugere-se que a denúncia seja considerada improcedente.

VIII. PROPOSIÇÕES

117. Ante o exposto, sugere-se ao egrégio Plenário:

I - tomar conhecimento:

- a) deste Relatório de Inspeção;
- b) do Ofício nº 2790/2021 – SES/GAB (Peça 55, e-DOC CB7BEA1A);
- c) da manifestação da BK Engenharia e Metrologia Ltda (peças 56 a 69);

II - considerar:

- a) parcialmente procedente a Representação nº 41/2019 – G2P (Peça 38, e-DOC BFC1DCE4);
- b) improcedente a denúncia elaborada pela Associação das Empresas do Segmento Médico Hospitalar e Laboratorial do Distrito Federal - ASSEMEDH/DF, encaminhada pelo Ofício nº 319/2022 – G2P (Peça 88, e-DOC 701C61FC);

III - determinar:

- a) a audiência dos responsáveis indicados na Matriz de Responsabilização (Peça 104, e-DOC 32F37242) para que, no prazo de 30 (trinta) dias, apresentem suas razões de justificativa pelas ilegalidades nela apontadas, tendo em conta a possível aplicação das penalidades indicadas no referido documento;
- b) à Secretaria de Estado de Saúde do Distrito Federal – SES/DF que instaure processo administrativo para aplicar as sanções cabíveis à Bucar Engenharia, por descumprir o item 7.2.1, subitem c.5, do Edital de Pregão nº 163/2017, dando ciência ao Tribunal das medidas adotadas, no prazo de 90 (noventa) dias;

IV - restituir os autos à Secretaria de Fiscalização de Áreas Sociais e Segurança Pública, para as devidas providências.
(grifou-se)



TRIBUNAL DE CONTAS DO DISTRITO FEDERAL
GABINETE DO CONSELHEIRO RENATO RAINHA

MANIFESTAÇÃO DO MINISTÉRIO PÚBLICO DE CONTAS (peça 109)

Por meio do Parecer nº 140/2023 (peça 109), da lavra do Procurador **Danilo Moraes dos Santos** (*em substituição, nos termos da Lei nº 13.024/2014, na Resolução nº 304/2017, no Ato Normativo nº 1/2015-MPC e na Decisão Administrativa nº 46/2017-TCDF*), o Ministério Público de Contas se posicionou de forma convergente com o Corpo Técnico, com acréscimos, a fim de que os responsáveis identificados na Matriz de Responsabilização (peça 104) sejam chamados em audiência em face das irregularidades identificadas e relatadas no aludido Relatório de Inspeção (peça 105).

Da mesma forma, o *Parquet* de Contas anuiu com a sugestão do Corpo Técnico para que seja determinada à SES/DF a instauração de competente processo administrativo a fim de apurar e, eventualmente, aplicar sanções à empresa **BUCAR Engenharia e Metrologia – EIRELI**. Contudo, o MPCDF apresentou posicionamento divergente do Corpo Técnico ao defender que a irregularidade identificada no **Achado 3** deve abarcar também o descumprimento do **item 7.2.1, subitem c.6** (*além do descumprimento do subitem c.5 alegado pelo Corpo Técnico*) do Edital do Pregão nº 163/2017, nos seguintes termos:

“48. De plano, consigno meu posicionamento convergente com a Unidade Instrutiva para que os agentes arrolados na matriz de responsabilização (Peça 104) sejam chamados em audiência, haja vista que, após percuente exame, não restam dúvidas do inadequado acompanhamento contratual, decorrente, precipuamente, da demora na designação dos executores contratuais, da omissão na apuração das responsabilidades pelos descumprimentos contratuais e, consequente aplicação de sanções à empresa.

49. Neste ponto, tenho por bem registrar e destacar a qualidade, completude e precisão do conteúdo da matriz de responsabilização apresentada pela unidade técnica, que identificou os responsáveis, individualizou as respectivas condutas e demonstrou o nexo entre estas e as irregularidades detectadas. Igualmente dignos de nota os corretos apontamentos no campo “Excludentes” da matriz, detalhando-se causas adequadas e suficientes para se dispensar a audiência de determinados agentes.

50. Ademais, assiste razão ao CT ao sugerir a determinação para que a jurisdicionada instaure processo administrativo para aplicar sanções à empresa Bucar Engenharia. No entanto, ao contrário do que sugere o CT, entendo que as apurações de responsabilidade e, consequente sanção, devem abarcar, além do descumprimento do item 7.2.1, subitem c.5 e c.6, do Instrumento Convocatório, os descumprimentos contratuais que ensejaram os apontamentos pela Diretoria de Engenharia Clínica – DEC23, pela Gerência de Medicina Cirúrgica do HBDF24 e pelo Núcleo de Engenharia Clínica e Física Médica do HRSM25.



TRIBUNAL DE CONTAS DO DISTRITO FEDERAL
GABINETE DO CONSELHEIRO RENATO RAINHA

51. Quanto à nova denúncia apresentada pela ASSEMEDH/DF, não merece reparos a análise promovida pelo CT, que concluiu pela improcedência da mesma, por não existirem elementos suficientes capazes de comprovar conluio entre a empresa Bucar Engenharia e outras pessoas jurídicas indicadas e frustração à competitividade do certame.

*52. Pelo exposto, este Parquet especializado propõe ao Plenário que acate as sugestões do Corpo Técnico, **com o acréscimo** consignado no § 50 deste opinativo, sem prejuízo de aprofundamento futuro da matéria concernente ao suposto conluio entre empresas, caso novos elementos fáticos sejam trazidos ao conhecimento do Tribunal”.*

OFÍCIO Nº 174/2023 – G2P/MPCDF (peça 113 e anexos: peças 110-112)

Por meio do Ofício nº 174/2023 – G2P/MPCDF, o Parquet de Contas encaminha o Memorando nº 128/2023-Ouvidoria, acompanhado de cópia de “denúncia” protocolada pela ASSEMEDH junto à SES/DF noticiando que a empresa **BUCAR Engenharia e Metrologia** teria admitido a ausência de registros de demandas, ou seja, que não teriam sido emitidas Ordens de Serviços em face dos contratos em análise nos meses de janeiro e fevereiro de 2023, mas que pagamentos foram realizados pela SES/DF à contratada apesar da ausência da prestação dos serviços nesse período.

É o relatório.

VOTO

Tratam os autos da Representação nº 41/2019-CF (peça 38), subscrita pela Procuradora Cláudia Fernanda de Oliveira Pereira, versando sobre supostas irregularidades ocorridas no curso da prestação de serviços objeto dos Contratos 37/2017, 50/2017 e 108/2017, celebrados entre o Distrito Federal – DF, mediante a Secretaria de Estado de Saúde do Distrito Federal – SES/DF, e a Construtora Concreto Eireli-ME, atual Bucar Engenharia e Metrologia - EIRELI.

Embora a exordial tenha se referido a possíveis irregularidades referentes aos Contratos nº 37/2017, 50/2017 e 108/2017-SES/DF, verifica-se que a **Decisão nº 353/2021** restringiu o prosseguimento da fiscalização, autorizando-a apenas em relação ao **Contrato nº 50/2017** (decorrente do Pregão Eletrônico nº 106/2017) e ao **Contrato nº 108/2017** (decorrente do Pregão Eletrônico nº 163/2017).

Impende destacar que o presente momento processual destina-se à análise do mérito da exordial (peça 38), em cotejo com as manifestações da SES/DF (peça 55) e da empresa contratada **BUCAR Engenharia e Metrologia – EIRELI** (peça 69 e anexos: peças 56-68), assim como as informações apresentadas pela Associação das Empresas do Segmento Médico Hospitalar e Laboratorial do Distrito Federal - ASSEMEDH/DF (peça 88 e anexos: peças 85 a



TRIBUNAL DE CONTAS DO DISTRITO FEDERAL
GABINETE DO CONSELHEIRO RENATO RAINHA

87), analisadas no Relatório de Inspeção do Corpo Técnico (peça 105), seguido de Parecer do MPCDF (peça 109).

Em face das informações e evidências carreadas aos autos, **acolho** os posicionamentos do Corpo Técnico, com os quais anuiu o *Parquet* de Contas, assim como o acréscimo proposto pelo MPCDF para inclusão como irregularidade de descumprimento do subitem “c.6” do item 7.2.1 do Edital do Pregão nº 163/2017 – SES/DF (Achado 3).

Nessa linha, entendo suficientemente evidenciadas as conclusões apresentadas pelo Corpo Técnico quanto à caracterização das seguintes irregularidades no curso da execução dos Contratos nº 50/2017 e 108/2017-SES/DF: a) acompanhamento inadequado da execução contratual por parte da SES/DF; b) omissão da SES/DF na apuração de responsabilidade e na aplicação de sanções à contratada, empresa BUCAR Engenharia; e c) descumprimento do item 7.2.1, subitem “c.5”, do Edital do Pregão nº 163/2017-SES/DF, assim como o acréscimo proposto pelo Parquet de Contas a fim de incluir como irregularidade o descumprimento do item 7.2.1, subitem “c.6”, do Edital do Pregão nº 163/2017-SES/DF

Por conseguinte, acolho as proposições da Matriz de Responsabilização juntada aos autos (peça 104) acerca dos Achados 1, 2 e 3, e proponho a inclusão da irregularidade mencionada no parágrafo anterior.

Destaco o acolhimento da incidência de excludentes de ilicitude em relação aos responsáveis nominados nas linhas 1 e 2 do Achado 1, os quais não devem ser chamados em audiência.

Em face da questão suscitada pelo MPCDF a fim de incluir como irregularidade o “descumprimento” do subitem “c.6”, mencionado no exame do **Achado 3 do Relatório de Inspeção**, conveniente colacionar extrato referente aos subitens “c.5” e “c.6” do item 7.2.1 do instrumento convocatório do Edital do Pregão nº 163/2017:

DA QUALIFICAÇÃO TÉCNICA-PROFISSIONAL

c. Para fins de comprovação da qualificação técnico-profissional a empresa licitante deverá apresentar:

[...]

c.5) Declaração da empresa LICITANTE, de que disponibilizará e manterá, durante toda a vigência contratual, no Distrito Federal, estrutura de apoio capaz de atender aos chamados técnicos no prazo estabelecido com instalações apropriadas e profissionais habilitados à prestação dos serviços objeto deste Termo de Referência, na forma do inciso II combinado com o § 6º ambos do art. 30 da Lei nº 8.666/93;

c.6) Empresa Licitante que não possuir representação no Distrito Federal terá o prazo de 30 dias (corridos) após a assinatura do Contrato para apresentar o estabelecimento da empresa no DF.

Fonte: Peça 32, fls. 41



TRIBUNAL DE CONTAS DO DISTRITO FEDERAL
GABINETE DO CONSELHEIRO RENATO RAINHA

Em que pese a Unidade Técnica ter defendido **em relação ao subitem “c.6” do item 7.2.1 do Edital do Pregão nº 163/2017-SES/DF** que a ausência de justificativa no instrumento convocatório para que a empresa contratada se estabelecesse no DF invalida a exigência, fato é que restou demonstrada a omissão por parte da SES/DF em fiscalizar o cumprimento da exigência, inexistindo por parte daquela Secretaria qualquer justificativa hábil a afastar a conduta ora inquinada na exordial.

Da mesma forma, a SES/DF se omitiu quanto à fiscalização do cumprimento da exigência para disponibilização de estrutura de apoio com instalações adequadas, de modo que a jurisdicionada somente atestou o seu efetivo cumprimento após 09 (nove) meses do prazo concedido à empresa **BUCAR Engenharia e Metrologia – EIRELI** e, ainda assim, sem a adoção de quaisquer providências com vistas à aplicação de sanções à contratada pela mora para o adimplemento contratual.

Em relação à cópia da “denúncia” apresentada pela ASSEMEDH/DF junto à SES/DF e encaminhada por meio do Ofício nº 174/2023-G2P (peça 113), noticiando que a empresa **BUCAR Engenharia e Metrologia – EIRELI**, teria recebido pagamentos nos meses de janeiro e fevereiro de 2023 apesar de não ter prestado qualquer serviço de manutenção nas unidades hospitalares em face dos mencionados Contratos nº 50/2017 e nº 108/2017-SES/DF, entendo conveniente determinar que a SES/DF apresente os devidos esclarecimentos no prazo de 30 (trinta) dias.

Por conseguinte, posiciono-me de forma convergente com o Corpo Técnico e o Ministério Público de Contas quanto à existência das seguintes irregularidades indicadas em relação à execução dos Contratos nº 50/2017 e 108/2017-SES/DF, relatadas no Relatório de Inspeção (peça 105): a) acompanhamento inadequado da execução contratual por parte da SES/DF; b) omissão da SES/DF na apuração de responsabilidade e na aplicação de sanções à contratada, empresa **BUCAR Engenharia e Metrologia – EIRELI**; e c) descumprimento dos subitens “c.5” e “c.6”, do Edital do Pregão nº 163/2017-SES/DF;

Diante do exposto, **VOTO** no sentido de que o egrégio Plenário:

I – tome conhecimento:

- a) da manifestação da SES/DF (peça 55);
- b) da manifestação da empresa **BUCAR Engenharia e Metrologia EIRELI** (peça 69 e anexos: peças 56-68);
- c) do Ofício nº 319/2022-G2P encaminhando comunicação da **Associação das Empresas do Segmento Médico Hospitalar e Laboratorial do Distrito Federal- ASSEMEDH/DF** (peça 88 e anexos: peças 85 a 87);



TRIBUNAL DE CONTAS DO DISTRITO FEDERAL
GABINETE DO CONSELHEIRO RENATO RAINHA

- d) do Relatório de Inspeção (peça 105) e da Matriz de Responsabilização (peça 104);
- e) do Parecer nº 140/2023-G2P (peça 109); e
- f) do Ofício nº 174/2023 – G2P/MPCDF (peça 113 e anexos: peças 110-112);

II – considere:

- g) parcialmente procedente a Representação 41/2019-G2P/MPCDF (peça 38);
- h) improcedente a denúncia elaborada **pela Associação das Empresas do Segmento Médico Hospitalar e Laboratorial do Distrito Federal - ASSEMEDH/DF**, encaminhada pelo Ofício nº 319/2022 – G2P (peça 88);

III – determine a audiência dos responsáveis indicados na Matriz de Responsabilização (peça 104), a qual deverá ser ajustada pela Unidade Técnica *a fim de incluir a irregularidade atinente à ao descumprimento do subitem “c.6” do item 7.2.1 do Edital do Pregão nº 163/2017-SES/DF*, para que, no prazo de 30 (trinta) dias, apresentem suas razões de justificativa pelas ilegalidades nela apontadas em face da possibilidade de aplicação das penalidades indicadas, *excetuados os responsáveis nominados nas linhas 2 e 3 do Achado 1 devido ao reconhecimento da incidência das excludentes de ilicitudes* indicadas no mesmo documento;

IV – determine à Secretaria de Estado de Saúde do Distrito Federal – SES/DF que:

- a) instaure processo administrativo para aplicar as sanções cabíveis à **BUCAR Engenharia e Metrologia – EIRELI** pelo descumprimento do item 7.2.1, subitens “c.5” e “c.6” do Edital de Pregão nº 163/2017-SES/DF, dando ciência ao Tribunal das medidas adotadas, no prazo de 90 (noventa) dias;
- b) apresente esclarecimentos, no prazo de 30 (trinta) dias, acerca de comunicação da ASSEMEDH/DF (peças 110-113) de que a empresa **BUCAR Engenharia e Metrologia – EIRELI** teria recebido pagamentos nos meses de janeiro e fevereiro de 2023 apesar de não ter prestado qualquer serviço de manutenção nas unidades hospitalares em face dos mencionados Contratos nº 50/2017 e nº 108/2017-SES/DF;



TRIBUNAL DE CONTAS DO DISTRITO FEDERAL
GABINETE DO CONSELHEIRO RENATO RAINHA

IV – autorize:

- a) o encaminhamento:
 - i. do Relatório de Inspeção (peça 105); da comunicação da ASSEMEDH/DF (peças 110-113); do presente Relatório/Voto e da Decisão a ser prolatada à **SES/DF** para subsidiar a adoção de providências e a apresentação de esclarecimentos, assim como à empresa **BUCAR Engenharia e Metrologia – EIRELI**, para conhecimento, facultando-lhe o direito de manifestar-se nos autos mesmo prazo de 30 (trinta) dias fixado no item IV, alínea “b”, desta Decisão, caso seja de seu interesse;
 - ii. da Decisão que vier a ser prolatada à ASSEMEDH/DF para fins de conhecimento;
- b) o retorno dos autos à SEASP para as providências cabíveis.

Sala das Sessões, em 03 de maio de 2023.

ANTONIO RENATO ALVES RAINHA
Conselheiro-Relator